

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Portaria n.º 553/2002

de 3 de Junho

O artigo 44.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, e o artigo 50.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, prevêm a actualização anual dos coeficientes de desvalorização da moeda para efeitos de correcção monetária dos valores de aquisição de determinados bens e direitos.

Assim:

Manda o Governo, pela Ministra de Estado e das Finanças, que os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2002 cujo valor deva ser actualizado nos termos dos artigos 44.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e 50.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para efeitos de determinação da matéria colectável dos referidos impostos sejam os constantes do quadro anexo.

A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, em 23 de Abril de 2002.

## ANEXO

Quadro de actualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a que se referem os artigos 44.º do CIRC e 50.º do CIRS.

Anos	Coeficientes
Até 1903 .....	3 565,39
1904 a 1910 .....	3 318,94
1911 a 1914 .....	3 183,24
1915 .....	2 832,11
1916 .....	2 318,11
1917 .....	1 850,54
1918 .....	1 320,31
1919 .....	1 011,88
1920 .....	668,59
1921 .....	436,23
1922 .....	323,06
1923 .....	197,73
1924 .....	166,44
1925 a 1936 .....	143,46
1937 a 1939 .....	139,31
1940 .....	117,23
1941 .....	104,11
1942 .....	89,89
1943 .....	76,55
1944 a 1950 .....	64,99
1951 a 1957 .....	59,60
1958 a 1963 .....	56,05
1964 .....	53,56
1965 .....	51,61
1966 .....	49,30
1967 a 1969 .....	46,11
1970 .....	42,69
1971 .....	40,64
1972 .....	38,00
1973 .....	34,54
1974 .....	26,48
1975 .....	22,63
1976 .....	18,94
1977 .....	14,55
1978 .....	11,39
1979 .....	8,97

Anos	Coeficientes
1980 .....	8,10
1981 .....	6,62
1982 .....	5,50
1983 .....	4,38
1984 .....	3,41
1985 .....	2,84
1986 .....	2,58
1987 .....	2,36
1988 .....	2,15
1989 .....	1,90
1990 .....	1,71
1991 .....	1,51
1992 .....	1,41
1993 .....	1,30
1994 .....	1,24
1995 .....	1,19
1996 .....	1,15
1997 .....	1,13
1998 .....	1,10
1999 .....	1,07
2000 .....	1,04
2001 .....	1,00

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL  
E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO  
RURAL E DAS PESCAS

## Portaria n.º 554/2002

de 3 de Junho

A zona militar de caça da Escola Prática de Artilharia foi criada pela Portaria n.º 744-A/2000, de 11 de Setembro, que concessionou a sua administração, pelo período de 15 anos, ao comandante da Escola Prática de Artilharia.

Nos termos do Regulamento do Exercício da Caça no Interior das Zonas Militares, aprovado pela Portaria n.º 1226/90, de 21 de Dezembro, o exercício da caça nestas zonas fica sujeito ao pagamento de taxas pelos caçadores, sendo as receitas resultantes aplicadas na satisfação dos encargos com a sua administração, as quais são fixadas por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, ouvida a Direcção-Geral das Florestas.

Com fundamento no artigo 8.º do Regulamento do Exercício da Caça no Interior das Zonas Militares, aprovado pela Portaria n.º 1226/90, de 21 de Dezembro, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, e ouvida a Direcção-Geral das Florestas:

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que sejam aprovadas as taxas devidas pelo exercício da caça na zona militar de caça da Escola Prática de Artilharia, constantes no quadro anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Em 4 de Abril de 2002.

O Ministro da Defesa Nacional, *Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.